



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para a **prestação de serviços laboratoriais odontológicos, visando a confecção de próteses dentárias (totais e parciais)**, com o objetivo de atender à demanda de reabilitação protética dos pacientes assistidos pela rede pública de saúde do Município de Guaraciaba/MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO ÚNICO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL (Código SIGTAP: 07.01.07.009-9) - Aparelho protético composto por estrutura metálica, resina acrílica e dentes artificiais. A estrutura metálica deve ser confeccionada com uma liga metálica que possua os seguintes componentes com os seguintes percentuais aproximados: Cobalto 60%, cromo 30%, molibdênio 07%, silício 01%, manganês 01% e carbono 01%. A estrutura deve ser construída seguindo as orientações do cirurgião dentista, em relação ao tipo de barra e tipos de grampo, bem como suas posições. A estrutura deve ser entregue totalmente lisa e polida, com total ausência de porosidades metálicas em seu corpo. A substituição da mucosa faltante deve ser feita com resina acrílica ativada termicamente, que irá, ainda, suportar os dentes artificiais que comporão a prótese. A prótese deve ser entregue sem qualquer ranhura ou porosidade na região da resina acrílica, devendo estar totalmente lisa e polida. Para a confecção da base da prótese (resina acrílica) e para os dentes artificiais deverão utilizar materiais com o melhor padrão de qualidade. A cor dos dentes artificiais será definida pelo Cirurgião Dentista.	150	UND.	225,00	33.750,00
02	PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL (Código SIGTAP: 07.01.07.010-2) - Aparelho protético composto por estrutura metálica, resina acrílica e dentes artificiais. A estrutura metálica deve ser confeccionada com uma liga metálica que possua os seguintes componentes com os seguintes percentuais aproximados: cobalto 60%, cromo 30%, molibdênio 07%, silício 01%, manganês 01% e carbono 01%. A estrutura deve ser construída seguindo as orientações do cirurgião dentista, em relação ao tipo de barra e tipos de grampo, bem como suas posições. A estrutura deve ser entregue totalmente lisa e polida, com total ausência de porosidades metálicas em seu corpo. A substituição da mucosa faltante deve ser feita com resina acrílica ativada termicamente, que irá, ainda, suportar os dentes artificiais que comporão a prótese. A prótese deve ser entregue sem qualquer ranhura ou porosidade na região da resina acrílica, devendo estar totalmente lisa e polida. Para a confecção da base da prótese (resina acrílica) deverão utilizar materiais com o melhor padrão de qualidade. A cor dos dentes artificiais será definida pelo cirurgião dentista.	150	UND.	225,00	33.750,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



03	PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR (Código SIGTAP: Procedimento 07.01.07.012-9) - Aparelho protético confeccionado em resina acrílica ativada termicamente, que substituirá a mucosa gengival faltante, bem como irá suportar os dentes artificiais que comporão a prótese. A prótese deve ser entregue sem qualquer ranhura ou porosidade na região da resina acrílica, devendo estar totalmente lisa e polida. Para a confecção da base da prótese (resina acrílica) deverão utilizar materiais de alto padrão de qualidade. A cor dos dentes artificiais será definida pelo cirurgião dentista.	150	UNID.	225,00	33.750,00
04	PRÓTESE TOTAL MAXILAR (Código SIGTAP: Procedimento 07.01.07.013-7) - Aparelho protético confeccionado em resina acrílica ativada termicamente, que substituirá a mucosa gengival faltante, bem como irá suportar os dentes artificiais que comporão a prótese. A prótese deve ser entregue sem qualquer ranhura ou porosidade na região da resina acrílica, devendo estar totalmente lisa e polida. Para a confecção da base da prótese (resina acrílica) deverão utilizar materiais com alto padrão de qualidade. A cor dos dentes artificiais será definida pelo Cirurgião Dentista.	150	UNID.	225,00	33.750,00
VALOR TOTAL POR EXTENSO: Cento e trinta e cinco mil reais					R\$135.000,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.1. O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços laboratoriais odontológicos destinados à confecção de próteses dentárias totais e parciais, sendo classificado como **serviço comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que seus padrões de desempenho, qualidade, especificações técnicas, materiais empregados e prazos de execução podem ser definidos de forma objetiva no instrumento convocatório, com base em parâmetros usuais de mercado e nas diretrizes técnicas estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde – SUS e pela Tabela SUS/SIGTAP, não exigindo soluções inovadoras, desenvolvimento tecnológico específico ou metodologia singular que caracterize serviço de natureza especial..

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.2. O serviço é enquadrado como continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista que sua execução está vinculada à política pública permanente de saúde bucal e à manutenção regular das ações de reabilitação protética no âmbito da Atenção Primária à Saúde, não se tratando de demanda eventual ou pontual. A prestação contínua mostra-se indispensável para assegurar o cumprimento das metas mensais estabelecidas no âmbito do Laboratório Regional de Prótese Dentária – LRPD, a adequada aplicação do incentivo financeiro federal e a garantia da integralidade do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Prazo de vigência

1.3. O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar a execução regular, contínua e qualificada das ações de reabilitação protética no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraciaba/MG, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal e com as normativas do Sistema Único de Saúde – SUS. O Município encontra-se habilitado ao recebimento de incentivo financeiro federal destinado ao funcionamento do Laboratório Regional de Prótese Dentária – LRPD, conforme Portaria GM/MS nº 432, de 05 de abril de 2023, e Portaria GM/MS nº 9.082, de 03 de dezembro de 2025, estando enquadrado na faixa de produção de 20 (vinte) a 50 (cinquenta) próteses mensais. Tal habilitação impõe à Administração Municipal o dever de estruturar meios adequados para viabilizar o cumprimento da meta de produção autorizada, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos transferidos.

2.2. A perda dentária parcial ou total representa problema relevante de saúde pública, impactando significativamente a mastigação, a fala, a estética, a autoestima e a qualidade de vida dos usuários do SUS, especialmente da população adulta e idosa atendida na rede municipal. A reabilitação protética integra o cuidado integral em saúde bucal e constitui etapa essencial para assegurar a resolutividade dos atendimentos odontológicos realizados nas Unidades Básicas de Saúde, complementando as ações clínicas desenvolvidas pelas equipes de Atenção Primária.

2.3. Ressalta-se que o Município de Guaraciaba/MG não dispõe de laboratório próprio estruturado nem de equipe técnica especializada para a execução das etapas laboratoriais necessárias à confecção de próteses dentárias totais e parciais, circunstância que inviabiliza a execução direta do serviço por meios próprios. Nesse contexto, mostra-se indispensável a contratação de empresas especializadas, técnica e sanitariamente habilitadas, para atender às prescrições emitidas pelos cirurgiões-dentistas da rede municipal, observando rigorosamente os padrões técnicos, sanitários e de qualidade exigidos pela legislação vigente.

2.4. A contratação pretendida permitirá a implantação e ampliação da oferta regular de próteses dentárias no Município, contribuindo para a redução da demanda reprimida, para o cumprimento das metas pactuadas no âmbito do LRPD e para o fortalecimento da política municipal de saúde bucal. Trata-se, portanto, de medida necessária e imprescindível para assegurar atendimento integral, contínuo e resolutivo aos usuários do Sistema Único de Saúde em Guaraciaba/MG, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

2.5. O objeto da presente contratação não constou no Plano de Contratações Anual (PCA) vigente, uma vez que, à época de sua elaboração, encontrava-se pendente a confirmação da retificação do quantitativo de próteses vinculadas ao Laboratório Regional de Prótese Dentária – LRPD junto ao Ministério da Saúde. Com a posterior habilitação e consolidação da faixa de produção autorizada, tornou-se necessária a formalização da contratação, estando a despesa compatível com o planejamento orçamentário do exercício, nos termos do Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta consiste na contratação, por meio de procedimento de credenciamento, de empresas especializadas na prestação de serviços laboratoriais odontológicos destinados à confecção de próteses dentárias totais e parciais, em atendimento à demanda de reabilitação protética dos usuários do



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



Sistema Único de Saúde – SUS no Município de Guaraciaba/MG, no âmbito do Laboratório Regional de Prótese Dentária – LRPD.

3.2. Sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, a solução contempla todas as etapas necessárias à adequada execução da política pública, iniciando-se com a avaliação clínica realizada pelos cirurgiões-dentistas das Unidades Básicas de Saúde, que procederão ao diagnóstico, planejamento protético, moldagem e demais procedimentos clínicos preparatórios. Após essa etapa, os modelos e prescrições técnicas serão encaminhados à empresa credenciada, responsável pela execução das fases laboratoriais de confecção das próteses, incluindo fundição, estruturação metálica quando aplicável, montagem de dentes artificiais, acrilização, acabamento e polimento, observando rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas.

3.3. Concluída a etapa laboratorial, as próteses serão devolvidas à unidade de saúde para realização das provas, ajustes clínicos necessários e posterior entrega ao paciente, com acompanhamento técnico e garantia quanto à qualidade do produto final. O ciclo se encerra com o controle da produção, registro nos sistemas oficiais do SUS e eventual assistência corretiva, quando necessária, dentro do prazo de garantia estabelecido contratualmente.

3.4. As próteses objeto da contratação compreendem quatro modalidades principais: prótese parcial mandibular removível, prótese parcial maxilar removível, prótese total mandibular e prótese total maxilar, todas confeccionadas conforme padrões técnicos usuais de mercado e diretrizes do SUS. As próteses parciais removíveis deverão ser compostas por estrutura metálica confeccionada em liga de cobalto-cromo com composição aproximada de 60% de cobalto, 30% de cromo, 7% de molibdênio e demais elementos em percentuais residuais, devendo apresentar ausência de porosidades, superfície totalmente polida e adequada adaptação às orientações clínicas. A base deverá ser confeccionada em resina acrílica termopolimerizável de alto padrão de qualidade, com suporte adequado aos dentes artificiais.

3.5. As próteses totais deverão ser confeccionadas integralmente em resina acrílica ativada termicamente, com substituição adequada da mucosa gengival e correta disposição dos dentes artificiais, conforme definição do cirurgião-dentista responsável. Em todos os casos, os materiais utilizados deverão possuir registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, apresentar qualidade compatível com os padrões técnicos exigidos e assegurar durabilidade, estabilidade e conforto ao usuário.

3.6. Os materiais de moldagem e demais insumos laboratoriais necessários à confecção das próteses serão de responsabilidade da(s) empresa(s) contratada(s), cabendo à Administração garantir a adequada organização do fluxo clínico e a fiscalização da execução.

3.7. A solução adotada considera, ainda, aspectos de sustentabilidade e responsabilidade sanitária, exigindo da contratada a correta gestão e destinação dos resíduos de serviços de saúde eventualmente gerados no processo laboratorial, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente.

3.8. Dessa forma, a contratação contempla o ciclo completo da política pública de reabilitação protética, assegurando padronização técnica, qualidade assistencial, rastreabilidade da produção, controle administrativo e adequada aplicação dos recursos públicos vinculados ao financiamento federal do LRPD, garantindo atendimento contínuo e resolutivo à população do Município de Guaraciaba/MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 A empresa contratada deverá adotar práticas que promovam a responsabilidade socioambiental na execução dos serviços laboratoriais odontológicos, incluindo o uso racional de recursos naturais (água, energia elétrica e materiais odontológicos), a adequada gestão e descarte de resíduos gerados durante o processo de confecção das próteses dentárias, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente, bem como a adoção de medidas voltadas à redução de desperdícios, reaproveitamento de materiais, e à eficiência na utilização de insumos e infraestrutura laboratorial.

Indicação de marcas ou modelos

4.2 Na presente contratação não será exigida indicação específica de marca ou modelo de materiais, equipamentos ou insumos laboratoriais, devendo a empresa credenciada utilizar produtos que atendam integralmente às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência e às normas sanitárias vigentes, especialmente aqueles devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, garantindo qualidade, segurança e desempenho adequados à confecção das próteses dentárias.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3 Não será admitida, na execução dos serviços laboratoriais odontológicos, a utilização de dentes artificiais das marcas Pop Dente, New Dente, Duo-Bom, Blue Dente e Dent Clean – Destac Dent.

4.3.1 A vedação fundamenta-se em critérios técnicos objetivos relacionados ao desempenho físico-mecânico e clínico dos materiais, cujas limitações foram verificadas a partir de experiências práticas e pareceres especializados na confecção e acompanhamento de próteses dentárias no âmbito da rede pública de saúde. Nessas experiências, observou-se desempenho insatisfatório quanto à resistência à abrasão oclusal, estabilidade dimensional após o ciclo de termopolimerização, resistência à fratura sob cargas mastigatórias repetitivas e manutenção da integridade estrutural ao longo do tempo.

4.3.2 Também foram identificadas inconsistências quanto à estabilidade cromática, retenção de brilho superficial e fidelidade anatômica, comprometendo a estética, a funcionalidade e a longevidade das próteses. Sob o aspecto técnico-laboratorial, verificaram-se limitações na compatibilidade físico-química com resinas acrílicas termopolimerizáveis utilizadas na base protética, resultando em falhas de adesão entre o dente artificial e a base acrílica, microinfiltrações, destacamentos e maior incidência de retrabalho.

4.3.3 Considerando que o objeto integra política pública permanente de reabilitação protética no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, exige-se padrão mínimo de qualidade que assegure previsibilidade clínica, segurança biomecânica, adaptação funcional adequada e maior durabilidade das próteses confeccionadas. A restrição, portanto, decorre de avaliação técnica baseada na prática assistencial e visa resguardar a eficácia terapêutica, a segurança do usuário e a adequada aplicação dos recursos públicos, constituindo medida proporcional e necessária à garantia do interesse público.

Subcontratação

4.4 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



Garantia da contratação

4.5 Tendo em vista que o objeto consiste na prestação de serviços laboratoriais odontológicos remunerados por demanda efetivamente executada, com valores unitários previamente fixados pela Tabela SUS/SIGTAP, não envolvendo antecipação de pagamento, fornecimento de bens de elevado vulto ou risco financeiro relevante para a Administração.

4.6 Ademais, a modelagem por credenciamento, com possibilidade de contratação paralela e não excludente, reduz significativamente o risco de descontinuidade da execução, permitindo a redistribuição da demanda entre os prestadores habilitados em caso de inadimplemento, o que torna desnecessária a exigência de garantia contratual, preservando a economicidade e evitando restrição indevida à participação dos interessados.

Vistoria

4.7 Não será exigida a realização de vistoria prévia pelos interessados, tendo em vista que o objeto consiste na prestação de serviços laboratoriais odontológicos a serem executados nas dependências próprias da empresa credenciada, não havendo necessidade de conhecimento prévio das instalações da Administração para formulação da proposta ou para a adequada execução do contrato.

4.8 As etapas clínicas ocorrerão nas Unidades Básicas de Saúde do Município, em estrutura já existente e de responsabilidade da Administração, não interferindo na formação de custos ou na definição técnica do serviço a ser executado pela contratada. Dessa forma, a exigência de vistoria não se mostra necessária nem proporcional, preservando-se os princípios da razoabilidade, competitividade e eficiência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução, entrega e reponsabilidades da contratada

5.1 A execução dos serviços terá início no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Administração Municipal, observando-se rigorosamente o cronograma operacional previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.2 A partir do início da execução, a contratada deverá cumprir todas as etapas técnicas descritas a seguir, respeitando os fluxos assistenciais definidos pela Coordenação Municipal de Odontologia, os prazos estabelecidos para cada fase laboratorial e os padrões de qualidade exigidos neste Termo de Referência, assegurando regularidade, rastreabilidade e adequada integração com os atendimentos clínicos realizados nas Unidades Básicas de Saúde.

5.3 A confecção das próteses dentárias seguirá as seguintes etapas clínicas e laboratoriais, com participação ativa de profissionais habilitados vinculados à contratada:

5.3.1.1 **Moldagem inicial:** será realizada por Cirurgião-Dentista do Município, nas instalações das Unidades Básicas de Saúde, em datas previamente agendadas com a Coordenação Municipal de Odontologia, o material para moldagem será disponibilizado pelo fornecedor;

5.3.1.2 **Moldeira individual:** após a moldagem anatômica, o laboratório confeccionará moldeira individual em acrílico (espessura de 2 mm), utilizando gesso tipo pedra, devendo entregar a chapa/base de prova no prazo de até 7 dias corridos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.3.1.3 **Base de prova com rodete:** o laboratório confeccionará base de prova em resina incolor ou rosa, com rodete em cera, enviando novamente Cirurgião-Dentista para realizar marcações dos planos de orientação e devolvendo as provas de dentes no prazo máximo de 7 dias;

5.3.1.4 **Seleção dos dentes artificiais:** a definição da cor e formato dos dentes será feita com base em critérios clínicos (idade, sexo, cor de pele), sendo vedado o uso de marcas de desempenho insatisfatório, como Pop Dente, New Dente, Duo-Bom, Blue Dente e Dent Clean. Serão aceitas marcas de padrão igual ou superior a Biolux, Biocler, NobileRhutinium, Biotone e New Form – Destac Dent, conforme justificativas contidas no item 4.3 deste termo;

5.3.1.5 **Prova de dentes e ajustes:** será feita em presença do protético e do dentista da contratada, com avaliação conjunta na cavidade bucal do paciente, verificando curva de compensação, oclusão bilateral balanceada, trespases vertical e horizontal;

5.3.1.6 **Encerramento e escultura anatômica:** o laboratório será responsável pela escultura dos detalhes anatômicos (papilas, colos, raízes), acabamento da base e posterior acrilização;

5.3.1.7 **Entrega das próteses:** deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da moldagem anatômica, nas instalações das Unidades Básicas de Saúde do município. As próteses deverão ser entregues com todos os contatos oclusais ajustados em articulador e corrigidos quanto a contatos excêntricos prematuros;

5.3.1.8 **Avaliação final clínica:** será realizada por Cirurgião-Dentista designado pelo fornecedor até o município, que verificará acabamento, ajuste oclusal em abertura/fechamento, adaptação, retenção e dimensão vertical de oclusão da prótese;

5.3.1.9 **Reembasamento e repetição:** quando houver necessidade de retenção, será realizado reembasamento em laboratório. Havendo defeito que inviabilize correção, a prótese deverá ser repetida sem custo adicional ao Município;

5.3.1.10 **Polimento e acabamento final:** sempre que houver necessidade de ajuste pós-acrilização, a contratada deverá realizar o polimento e acabamento em ambiente laboratorial.

Responsabilidades da Contratada

5.4 No âmbito da execução do objeto, a contratada deverá:

5.5 Atender integralmente às exigências técnicas, operacionais e administrativas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Coordenação Municipal de Odontologia, observando os fluxos assistenciais definidos para a execução das etapas clínicas e laboratoriais;

5.6 Designar profissional Cirurgião-Dentista regularmente inscrito no respectivo Conselho de Classe para acompanhar tecnicamente as etapas clínicas realizadas nas Unidades Básicas de Saúde, sempre que necessário à adequada integração entre a fase clínica e a fase laboratorial;

5.7 Fornecer os dentes artificiais em conformidade com as especificações técnicas e critérios clínicos definidos pelo responsável técnico, assegurando compatibilidade funcional, estética e biomecânica com o planejamento protético individualizado;

5.8 Cumprir integralmente os prazos estabelecidos para a execução, devolução e eventuais ajustes das próteses, mantendo alinhamento contínuo com a Coordenação Municipal de Odontologia quanto ao controle da produção e à regularidade do atendimento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.9 Garantir tecnicamente as próteses confeccionadas pelo prazo mínimo de 01 (um) ano, contado da finalização e/ou adaptação ao usuário, responsabilizando-se por falhas decorrentes de vícios de confecção ou inadequação técnica;

5.10 Utilizar exclusivamente insumos, materiais e componentes protéticos devidamente regularizados junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, assegurando rastreabilidade e conformidade sanitária;

5.11 Manter, durante toda a vigência contratual, em seu quadro funcional, ao menos um profissional habilitado com CBO 3224-10 (Protético Dentário) e/ou CBO 2232 (Cirurgião-Dentista), garantindo a responsabilidade técnica pela execução dos serviços;

5.12 Observar rigorosamente as normas técnicas e sanitárias de biossegurança aplicáveis às atividades laboratoriais odontológicas, inclusive quanto à manipulação, higienização, acondicionamento e transporte dos dispositivos protéticos.

Local e Horário da Prestação dos Serviços

5.13 As etapas clínicas vinculadas à confecção das próteses dentárias serão realizadas nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Guaraciaba/MG, conforme relação abaixo:

Unidade de Saúde	Endereço Completo
Posto de Saúde da Penha	Comunidade da Penha, S/N, Zona Rural, Guaraciaba/MG – CEP 35436-000
Posto de Saúde do Café	Comunidade do Café, S/N, Zona Rural, Guaraciaba/MG – CEP 35436-000
Posto de Saúde São Joaquim	Comunidade Córrego São Joaquim, S/N, Zona Rural, Guaraciaba/MG – CEP 35436-000
PSF Equipe Nossa Senhora Santana	Rua Coração de Maria, nº 68, Centro, Guaraciaba/MG – CEP 35436-000
Secretaria Municipal de Saúde de Guaraciaba*	Praça Santana, nº 43, Centro, Guaraciaba/MG – CEP 35436-000

5.14 * Poderá ser utilizada para centralização de atividades, quando necessário, mediante definição da Secretaria Municipal de Saúde.

5.15 As atividades laboratoriais de confecção, acrilização, acabamento, polimento, reembasamento e demais etapas técnicas poderão ser realizadas nas dependências próprias do laboratório da contratada, devendo ser observados os prazos máximos estabelecidos neste Termo de Referência e os padrões técnicos exigidos.

5.16 Os atendimentos presenciais, provas de dentes, ajustes e avaliações finais ocorrerão em dias e horários previamente pactuados com a Coordenação Municipal de Odontologia, conforme cronograma operacional.

5.17 Todas as despesas relativas a deslocamento de profissionais, transporte de moldes e próteses, alimentação, hospedagem e permanência correrão por conta exclusiva da contratada, não cabendo qualquer ônus adicional à Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



Controle da Execução

5.18 A contratada deverá apresentar **relatórios periódicos mensais** detalhados, contendo o quantitativo de próteses entregues, a identificação dos pacientes atendidos, as etapas clínicas realizadas, os profissionais responsáveis e as datas de execução, para fins de acompanhamento, controle contratual e liberação de pagamentos.

5.19 O Município de Guaraciaba MG reserva-se o direito de recusar o recebimento de quaisquer serviços que não estejam em conformidade com os requisitos técnicos e operacionais estabelecidos neste Termo de Referência, podendo aplicar as penalidades previstas em contrato e na legislação vigente, sem prejuízo da obrigação de refazimento imediato das inconformidades identificadas.

5.20 O fiscal do contrato poderá, a qualquer tempo, determinar a correção de falhas, vícios ou irregularidades verificadas durante a execução contratual, mediante notificação escrita à contratada, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

Especificação da garantia do serviço

5.21 A contratada deverá garantir a qualidade técnica, funcional e estrutural das próteses dentárias confeccionadas pelo prazo mínimo de **12 (doze) meses**, contados da data da entrega definitiva e adaptação final ao usuário, sem prejuízo da garantia legal aplicável.

5.22 A garantia compreende a obrigação de refazimento, ajuste, reembasamento, correção de vícios de adaptação, falhas estruturais, defeitos de acrilização, deslocamento de dentes artificiais, fraturas decorrentes de vício de fabricação ou inadequação técnica, desde que não decorrentes de mau uso pelo paciente.

5.23 Constatado defeito ou inadequação técnica dentro do período de garantia, a contratada deverá promover a correção ou o refazimento da prótese no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação formal pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.24 Os serviços de correção ou substituição realizados em garantia não gerarão qualquer ônus adicional ao Município, incluindo custos com transporte, coleta, entrega ou deslocamento de profissionais.

5.25 Caso a contratada não atenda à notificação no prazo estabelecido, o Município poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive proceder ao refazimento por meio de outro credenciado, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas contratualmente.

5.26 A garantia contratual dos serviços mantém-se vigente mesmo após o término da vigência do contrato, relativamente às próteses entregues dentro do período contratual, observando-se o prazo individual de cada entrega.

Especificações quanto à Emissão e Recepção da Ordem de Serviço

5.27 A Ordem de Serviço, a ser emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Guaraciaba/MG, será realizada de forma eletrônica por sistema informatizado e será enviada preferencialmente por e-mail, podendo a Administração enviá-la via correios (neste caso, mediante uso do Aviso de Recebimento – AR).

5.28 O licitante deverá fornecer junto à sua proposta o endereço de e-mail para o qual poderão ser encaminhadas as Ordens de Serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.29 Considera-se como data de recebimento da Ordem de Serviço:

- a) O primeiro dia útil seguinte ao do envio do e-mail, no caso de Ordem de Serviço enviada por e-mail;
- b) O dia do recebimento da correspondência, no caso de Ordem de Serviço enviada por meio postal.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.30 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato.

6 DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 A contratada deverá designar, antes do início da execução contratual, profissional legalmente habilitado como responsável técnico pelos serviços odontológicos laboratoriais, com registro ativo no **Conselho Regional de Odontologia (CRO)**, bem como indicar um representante administrativo da empresa para fins de interlocução com a contratante, especificando os respectivos poderes e responsabilidades.

6.7 O responsável técnico deverá comparecer presencialmente ao Município de Guaraciaba/MG sempre que necessário ao acompanhamento das etapas clínicas e à supervisão dos procedimentos realizados, bem como sempre que for formalmente convocado pela Secretaria Municipal de Saúde. O representante administrativo da empresa deverá manter disponibilidade de atendimento remoto durante toda a vigência do contrato, além de comparecer presencialmente quando requisitado.

6.8 A contratante poderá recusar, mediante justificativa formal, o representante ou o responsável técnico designado pela empresa, hipótese em que a contratada deverá apresentar nova indicação no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, sem prejuízo da continuidade da execução dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



Fiscalização

6.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, por meio de instrumentos de controle.

6.10 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo seguinte servidor:

Secretaria/Órgão	Fiscal do Contrato	Cargo/Função
Secretaria Municipal de Saúde	Dumont de Souza Mariano Junior	Cirurgião Dentista

Fiscalização Técnica

6.11 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.12 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.13 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.14 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.15 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.16 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.17 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

6.19 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



6.20 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.23 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.24 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.25 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto será realizada por meio da verificação do cumprimento das etapas clínicas e laboratoriais previstas, da observância aos prazos contratuais para entrega das próteses, da conformidade técnica dos serviços prestados e da fidelidade às rotinas assistenciais definidas pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como do atendimento aos padrões mínimos de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência.

7.2 Constatadas falhas na execução dos serviços, a Administração poderá, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais, aplicar glosas proporcionais nos pagamentos mensais ou reter os valores devidos até a regularização das inconformidades, especialmente nas seguintes hipóteses:

7.2.1 Descumprimento injustificado do cronograma de visitas e atendimentos presenciais por parte do cirurgião-dentista designado pela contratada;

7.2.2 Fornecimento de próteses em desconformidade com os critérios técnicos estabelecidos ou com qualidade inferior à mínima exigida;

7.2.3 Utilização de materiais não autorizados, fora das especificações ou sem certificação sanitária válida;

7.2.4 Ausência de entrega dos relatórios mensais de produção ou entrega de relatórios com inconsistências ou ausência de dados exigidos;

7.2.5 Para fins de aferição da execução contratual e liberação dos pagamentos mensais, serão observados cumulativamente os seguintes critérios:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



7.2.6 Realização integral das etapas clínicas previstas (moldagem, provas, entrega e ajustes), conforme agendamento definido pela Secretaria Municipal de Saúde;

7.2.7 Cumprimento dos prazos máximos para confecção e entrega das próteses, salvo justificativas devidamente aceitas pela contratante;

7.2.8 Apresentação de relatório mensal detalhado, contendo a identificação dos pacientes atendidos, as datas das etapas realizadas, tipo de prótese confeccionada e nome do profissional responsável, com comprovação documental;

7.2.9 Ausência de registros de não conformidades pela fiscalização, incluindo qualidade técnica dos produtos entregues, conduta profissional adequada, pontualidade e colaboração com a equipe de saúde bucal do Município;

7.2.10 Cumprimento integral das obrigações técnicas, administrativas e operacionais previstas no contrato e neste Termo de Referência.

Do recebimento

7.3 Os serviços de confecção de próteses dentárias serão recebidos provisoriamente no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, mediante emissão de termo de recebimento pelos fiscais técnico e administrativo designados, após verificação da regularidade da execução, da conformidade técnica dos produtos entregues e do cumprimento das etapas clínicas previstas neste Termo de Referência.

7.4 O prazo previsto no item anterior será contado a partir da data do recebimento da solicitação de faturamento apresentada pela contratada, devidamente acompanhada dos relatórios mensais de produção e da documentação comprobatória das atividades executadas no período.

7.5 Compete ao fiscal técnico verificar a efetiva execução das etapas clínicas e laboratoriais, a conformidade dos materiais utilizados, a qualidade das próteses confeccionadas e o cumprimento dos prazos estabelecidos, emitindo parecer que subsidiará o termo de recebimento provisório.

7.6 Caberá ao fiscal administrativo analisar a documentação apresentada pela contratada, incluindo relatórios mensais de produção, registros de entrega, identificação dos pacientes atendidos e demais obrigações contratuais de natureza documental e operacional.

7.7 Para fins de apuração dos valores devidos e emissão do termo de recebimento provisório, será considerado o período mensal de execução, com base na quantidade de próteses efetivamente entregues, nas etapas realizadas e na regularidade das atividades desenvolvidas conforme pactuação contratual.

7.8 Ao final de cada período mensal de execução contratual:

7.8.1 O fiscal técnico verificará a qualidade técnica das próteses entregues e o cumprimento dos critérios odontológicos previstos, podendo recomendar glosa proporcional dos valores devidos quando constatadas falhas técnicas, atrasos ou descumprimento dos parâmetros contratuais;

7.8.2 O fiscal administrativo conferirá a integridade e correção da documentação apresentada, incluindo relatórios de produção, registros de atendimento e eventuais evidências de cumprimento das obrigações contratuais acessórias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



7.9 O recebimento provisório será formalizado mediante termo assinado pelos fiscais técnico e administrativo designados, ou, alternativamente, por fiscal único, quando houver designação unificada por parte da Administração.

7.10 A contratada será responsável pela correção, complementação ou reapresentação dos documentos e/ou serviços que apresentarem falhas, omissões ou inconformidades que impeçam o recebimento definitivo, sem qualquer ônus adicional para o Município, no prazo máximo de **5 (cinco dias úteis)**;

7.11 A Administração poderá rejeitar, total ou parcialmente, os serviços prestados que não estejam em conformidade com os critérios técnicos estabelecidos, com as especificações do Termo de Referência, ou que apresentem falhas relacionadas à qualidade das próteses, aos materiais utilizados, ao descumprimento de prazos ou à inadequada execução das etapas clínicas.

7.12 **O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão do recebimento provisório**, mediante termo formal emitido pelo servidor ou comissão designada para esse fim, desde que constatada a regularidade e a plena adequação da execução contratual.

7.13 O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada da responsabilidade civil, ética e administrativa pela qualidade, segurança e regularidade dos serviços prestados, nos termos da legislação vigente, incluindo a responsabilização do profissional técnico perante o Conselho Regional de Odontologia, quando for o caso.

Liquidação

7.14 Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o prazo para fins de liquidação será de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para verificação do cumprimento das exigências contratuais.

7.15 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.16.1 o prazo de validade;

7.16.2 a data da emissão;

7.16.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.16.5 o valor a pagar; e

7.16.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.18 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



7.19 A Administração poderá realizar consultas para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.20 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.23 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.24 Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a empresa vencedora isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

7.25 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Prazo de pagamento

7.26 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.27 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor) – IBGE – de correção monetária.

Forma de pagamento

7.28 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.29 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.30 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.30.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



7.31 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.32. Não será permitida a antecipação de pagamento, ainda que parcial, sendo o adimplemento condicionado ao efetivo cumprimento das obrigações contratuais, nos termos e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e demais documentos que integram o processo de contratação.

Reajuste

7.33. Os valores observarão a Tabela SUS/SIGTAP vigente, sendo automaticamente atualizados quando houver alteração oficial pelo Ministério da Saúde.

Cessão de crédito

7.34. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.35. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.36. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.37. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.38. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.39. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio de **contratação direta, por inexigibilidade de licitação**, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, processada mediante **procedimento auxiliar de credenciamento**, nos termos do art. 79, inciso I, do mesmo diploma legal.

8.2 A adoção do credenciamento justifica-se em razão da natureza padronizada dos serviços laboratoriais de prótese dentária, da fixação prévia dos valores pela Tabela SUS/SIGTAP e da possibilidade de contratação paralela e não excludente de todos os interessados que preencham os requisitos técnicos, jurídicos e sanitários estabelecidos no edital, assegurando isonomia, ampliação da oferta e continuidade do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

8.3 O credenciamento observará a hipótese de **contratação paralela e não excludente**, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, permitindo a habilitação simultânea de todos os interessados que atendam às exigências previstas no edital.

8.4 A produção mensal ficará limitada ao teto máximo de **50 (cinquenta) próteses mensais**, conforme faixa de habilitação do Município junto ao Ministério da Saúde. Esse quantitativo será **dividido igualmente entre todos os credenciados ativos no respectivo período**, assegurando tratamento isonômico e distribuição objetiva da demanda.

8.5 Após a divisão igualitária das cotas mensais, a **ordem de execução dos serviços será definida mediante sorteio público**, a ser realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, com registro formal em ata, garantindo transparência, impessoalidade e alternância na distribuição inicial das demandas dentro do respectivo ciclo mensal.

8.6 Na hipótese de ingresso de novo credenciado durante a vigência do edital, a redistribuição do quantitativo mensal ocorrerá a partir do mês subsequente ao deferimento do credenciamento, mediante nova divisão igualitária do teto de 50 (cinquenta) próteses entre todos os credenciados ativos, realizando-se novo sorteio para definição da ordem de execução.

8.7 Em caso de renúncia, inexecução, descumprimento contratual ou qualquer impedimento que comprometa a execução por parte de determinado credenciado, a quantidade correspondente poderá ser redistribuída entre os demais credenciados ativos, observando-se a divisão igualitária e a ordem estabelecida no sorteio vigente ou mediante realização de novo sorteio, quando necessário.

8.8 O controle da produção, da divisão das cotas e dos sorteios realizados caberá à Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Coordenação Municipal de Odontologia, com registro administrativo individualizado por credenciado.

Regime de Execução

8.9 O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, considerando que a remuneração da contratada ocorrerá de acordo com a quantidade efetivamente executada de próteses dentárias, observados os valores unitários previamente fixados na Tabela SUS/SIGTAP e o teto mensal de produção autorizado ao Município.

Critérios de aceitabilidade de preços



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



8.10 O critério de aceitabilidade dos preços observará os valores unitários fixados na Tabela SUS/SIGTAP vigente à época da execução, não sendo admitida proposta com valores superiores aos parâmetros estabelecidos nacionalmente pelo Ministério da Saúde.

8.11 Os valores unitários das próteses dentárias totais e parciais observarão integralmente os códigos e preços definidos na Tabela SUS/SIGTAP, não sendo admitida cobrança adicional por insumos, deslocamentos, etapas intermediárias, ajustes, reembasamentos ou quaisquer procedimentos inerentes à perfeita execução do objeto.

8.12 Não será admitida proposta com preço inferior ou superior aos valores estabelecidos na Tabela SUS/SIGTAP, uma vez que tais valores são previamente fixados por normativo federal, não havendo margem para disputa ou negociação, tratando-se de credenciamento com remuneração padronizada.

Exigências de habilitação

8.13 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

8.14 Habilitação jurídica

8.14.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.14.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.14.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.14.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.14.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.14.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.14.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.14.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.15. Habilitação fiscal, social e trabalhista



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



8.15.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.15.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.16. Qualificação Econômico-Financeira

8.16.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.16.3. Não será exigida a apresentação de balanço patrimonial nem de outros documentos contábeis para fins de habilitação econômico-financeira, por se tratar de contratação com execução parcelada e de baixo risco financeiro à Administração, cujos valores unitários não justificam a aferição da capacidade econômico-contábil das licitantes por meio desses instrumentos.

8.17. Qualificação Técnica

Qualificação Técnico-Operacional

8.17.2. A empresa deverá apresentar comprovante de registro ou inscrição no Conselho Regional de Odontologia (CRO), em plena validade;

8.17.3. A empresa deverá apresentar comprovante de cadastro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), quando aplicável.

8.17.4. A empresa deverá apresentar Alvará de Vigilância Sanitária válido, referente ao estabelecimento onde serão executados os serviços laboratoriais de confecção de próteses.

8.17.5. O interessado deverá comprovar aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem a execução satisfatória de serviços de confecção de próteses dentárias totais e/ou parciais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



8.17.6. Os atestados apresentados deverão referir-se à execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, demonstrando a realização de atividades relacionadas à confecção de próteses dentárias totais e/ou parciais, devendo conter a identificação do contratante, a descrição do objeto executado, o período de execução e elementos suficientes que evidenciem a regularidade, a qualidade e a adequada execução dos serviços prestados.

8.17.7. Será admitido o somatório de diferentes atestados para fins de comprovação da experiência anterior.

8.17.8. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa.

8.17.9. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

Qualificação Técnico-Profissional

8.17.10. O interessado deverá indicar profissional legalmente habilitado como responsável técnico pelos serviços laboratoriais odontológicos, devidamente registrado no Conselho Regional de Odontologia (CRO), em plena validade.

8.17.11. O responsável técnico indicado deverá apresentar certificado de especialização em Prótese Dentária, emitido por instituição regularmente reconhecida, compatível com a natureza do objeto contratado

8.17.12. Para fins de complementação da qualificação técnico-profissional, a empresa deverá apresentar a relação dos profissionais que atuarão na execução dos serviços, conforme modelo constante do Anexo I deste Termo de Referência, contendo, para cada integrante da equipe técnica, no mínimo: nome completo, número de inscrição ativa no Conselho Regional de Odontologia (CRO), quando aplicável, respectiva habilitação profissional (cirurgião-dentista ou técnico em prótese dentária) e indicação da função a ser desempenhada na execução contratual (responsável técnico, clínico ou laboratorista), conforme aplicável.

8.17.13. Os profissionais indicados deverão integrar a equipe técnica responsável pela execução direta dos serviços contratados, sendo vedada sua substituição sem prévia anuência da Administração, salvo por motivo devidamente justificado e desde que o substituto possua qualificação equivalente ou superior à exigida neste Termo de Referência.

8.17.14. A empresa deverá comprovar o vínculo jurídico com os profissionais indicados, previamente à assinatura do contrato ou quando solicitado pela Administração, por meio de documento legalmente válido, admitindo-se: contrato individual de trabalho; registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); contrato civil de prestação de serviços; indicação no contrato social, quando se tratar de sócio atuante; ou declaração de compromisso de futura contratação, conforme modelo constante do Anexo II deste Termo de Referência, assinada pelo representante legal da empresa e pelo profissional, contendo identificação das partes, especialidade, carga horária estimada e local de atuação.

8.17.15. A ausência de comprovação da habilitação do responsável técnico, da especialização exigida, da relação da equipe técnica (Anexo I) ou do vínculo jurídico com os profissionais indicados, inclusive na forma do Anexo II quando aplicável, implicará a inabilitação do interessado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



Disposições gerais sobre habilitação

8.18. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.19. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.20. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.21. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.22. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável para o período de 12 (doze) meses, é de **R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais)**, considerando o teto mensal de produção de 50 (cinquenta) próteses, totalizando até 600 (seiscentas) próteses no período anual.

9.2 O valor estimado foi apurado com base nos valores unitários estabelecidos na Tabela SUS/SIGTAP, conforme parâmetros definidos na Portaria GM/MS nº 432, de 05 de abril de 2023, observada a faixa de produção atribuída ao Município pela Portaria GM/MS nº 9.082, de 03 de dezembro de 2025, que habilita o Município de Guaraciaba/MG ao recebimento de incentivo financeiro correspondente à produção mensal de até 50 (cinquenta) próteses dentárias no âmbito do Laboratório Regional de Prótese Dentária – LRPD.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação: **02.06.01 – 10.301.0001.2144.0000 – 33 90 39**

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11 DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



11.2 Integram este termo:

11.2.1 ANEXO I – Modelo de relação dos profissionais indicados para execução dos serviços;

11.2.2 ANEXO II – Modelo de declaração de compromisso de futura contratação.

Guaraciaba/MG, 25 de março de 2026.

Cíntia Gomes Ferreira
Secretária Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



ANEXO I – MODELO DE RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS INDICADOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços laboratoriais odontológicos, visando a confecção de próteses dentárias (totais e parciais), com o objetivo de atender à demanda de reabilitação protética dos pacientes assistidos pela rede pública de saúde do Município de Guaraciaba/MG.

A empresa [inserir razão social completa], inscrita no CNPJ sob o nº [inserir CNPJ], com sede à [inserir endereço completo], por seu representante legal infra-assinado, apresenta, para fins de atendimento ao Termo de Referência do objeto em epígrafe, a relação nominal dos profissionais que serão designados para a execução direta dos serviços laboratoriais odontológicos, conforme exigências técnicas do objeto licitatório, incluindo cirurgiões-dentistas e técnicos em prótese dentária, devidamente registrados no Conselho Regional de Odontologia e vinculados à empresa licitante:

Nº	Nome Completo do Profissional	Nº do CRO	UF	Função no Contrato	Habilitação Profissional (CD ou TPD)	Forma de Vínculo com a Empresa
01	[Inserir nome]	[CRO nº]	[UF]	Cirurgião-dentista clínico	CD – Cirurgião-Dentista	CTPS / Prestação de Serviço / Sócio / Declaração
02	[Inserir nome]	[CRO nº]	[UF]	Responsável técnico	CD – Cirurgião-Dentista	CTPS / Prestação de Serviço / Sócio / Declaração
03	[Inserir nome]	[CRO nº]	[UF]	Técnico em prótese dentária	TPD – Técnico em Prótese Dentária	CTPS / Prestação de Serviço / Sócio / Declaração

(Acréscitar linhas conforme a quantidade de profissionais indicados)

Declara a empresa, sob as penas da lei, que os profissionais acima indicados estão vinculados à contratada por meio de vínculo jurídico regular, nos termos da legislação vigente, e atuarão diretamente na execução dos serviços objeto do contrato, sendo sua substituição condicionada à anuência prévia da Administração Pública, conforme exigido no Edital e no Termo de Referência.

Local e data.

[Nome do Representante Legal]

[Cargo]

[CPF]

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE FUTURA CONTRATAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços laboratoriais odontológicos, visando a confecção de próteses dentárias (totais e parciais), com o objetivo de atender à demanda de reabilitação protética dos pacientes assistidos pela rede pública de saúde do Município de Guaraciaba/MG.

Pelo presente instrumento, as partes abaixo identificadas:

Empresa: [inserir razão social da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [inserir número], com sede na [inserir endereço completo], neste ato representada por seu responsável legal, Sr(a). [Nome completo do representante legal], portador(a) do CPF nº [inserir] e RG nº [inserir];

Profissional: [] Dr(a). / [] Sr(a). [Nome completo do profissional], inscrito(a) no **CRO/UF** sob o nº [inserir], residente e domiciliado(a) na [endereço completo do profissional], portador(a) do CPF nº [inserir] e RG nº [inserir], declaram, para os fins de habilitação no processo licitatório em epígrafe, o compromisso de **formalização de vínculo contratual entre as partes**, caso a empresa venha a ser contratada pela Administração Pública, observando as seguintes condições:

Função a ser exercida:

() Cirurgião-Dentista Clínico () Técnico em Prótese Dentária () Responsável Técnico

Carga horária estimada: [Inserir, por exemplo: “Atendimentos semanais conforme cronograma odontológico” ou “atuação técnica contínua nas etapas laboratoriais”].

Local de atuação: Unidades Básicas de Saúde do município de Guaraciaba/MG.

O(a) profissional compromete-se a atuar pessoalmente na execução dos serviços odontológicos correspondentes, conforme sua habilitação, respeitando as normas éticas da profissão, as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde e os termos do contrato eventualmente firmado.

A empresa compromete-se a formalizar o vínculo jurídico com o referido profissional antes do início da execução contratual, por meio de contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou outro instrumento legalmente admitido, conforme a legislação vigente.

E, por estarem de acordo, firmam a presente declaração para que produza os efeitos legais cabíveis.

[Local e data].

[Nome do representante legal da empresa]

Responsável Legal

CPF nº [inserir]

[Nome do profissional]

CRO nº [inserir] – UF

CPF nº [inserir]